

MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 04 / 2010

SESSÃO N.º I / 2010 (ORDINÁRIA)a) – REUNIÃO I b)

REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO / 2010

CONTÉM 10 FOLHAS

- a) Extraordinária ou ordinária, conforme os casos.
- b) N.º da Reunião.

Acta n ° 4/2010**Sessão I/2010 (ordinária) –Reunião I**

Acta da reunião única da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 26 de Fevereiro de 2010.-----

Aos 26 dias do mês de Fevereiro do ano de 2010, pelas 21h15, nesta vila de Monchique, na sala de reuniões da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Maria da Graça Moreira da Silva Mira, Primeiro Secretário e por Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Segundo Secretário da Mesa.-----

Esteve presente o Presidente da Câmara, Rui Miguel da Silva André.-----

Assistiram à sessão os vereadores Luís Filipe de Carvalho Grade do PSD e Maria da Graça Cerro Batalim da Mota, do PS.-----

Pelas 21h15 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: José Alves Francisco, Carlos Bruno Correia de Almeida, António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa, António Silvestre da Silva Nunes, Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis, Humberto Marques Varela e Ana Paula Gervásio Penteado de Almeida; **do PSD:** Fernando António Andrez Várzea, Catarina Maria Nunes Chula, Stephen John Hugman, Humberto Fernandes Sério, José Armando Vicente Ramos Lopes, Carlos Manuel Duarte da Assunção e Marta Sofia Tiago Martins.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão.-----


Actas das reuniões anteriores.-----

O Presidente da Mesa informou o Plenário que as actas das quatro reuniões da sessão n°7/2009 não estavam ainda prontas, razão pela qual não foram enviadas aos senhores membros para apreciação, prevendo-se que o fossem

por ocasião da próxima sessão do Órgão Deliberativo.-----

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente:-----

Registado com o nº	Referência do doc.	Data do doc.	Origem	Assunto:
1	-	4-1-2010	João Manuel Malveiro Amado	Justifica falta à sessão da Assembleia Municipal de 30-12-2009.
2	167	31-12-2009	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Envia boletim ANMP nº 186 referente a Dezembro 2009.
3	-	4-1-2010	Public I (Ana Paula Coelho)	Apresenta produto informático de 'webcasting'
4	-	5-1-2010	António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 8-1-2010.
5	-	6-1-2010	José Alves Francisco	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 8-1-2010.
6	-	11-1-2010	José Manuel da Silva Furtado	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 15-1-2010.
7	-	11-1-2010	José Alves Francisco	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 15-1-2010.
8	-	12-1-2010	António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 15-1-2010.
9	-	11-1-2010	Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 15-1-2010.
10	-	7-1-2010	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Solicita informações obre eleitos locais.
11	-	12-1-2010	João Humberto Sequeira Poucochinho	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 15-1-2010.
12	-	30-1-2010	Assembleia Municipal de Vila do Conde	Envia texto da proposta de recomendação sobre a criação de regiões administrativas..



13	6	11-1-2010	Juventude Desportiva Monchiquense	Envia boletim informativo nº 3, referente a Janeiro 2010.
14	-	18-1-2010	Governo Civil do Distrito de Faro	Convinda para a sessão dedicada a Segurança no Algarve, em 23-1-2010.
15	-	-	Assembleia Municipal de Vila do Bispo	Convinda para sessão solene da comemoração do dia do Município.
16	72	20-1-2010	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Responde a ofício ref: PP A M 05/10 de 5-1-2010 (Conselho Cinegético)
17	-	-	António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 29-1-2010.
18	-	25-1-2010	José Alves Francisco	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 29-1-2010.
19	-	-	Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 29-1-2010.
20	311	28-1-2010	Câmara Municipal de Monchique	Solicita rectificação do ofício nº 105937, de 30-12-2009.
21	387	28-1-2010	Câmara Municipal de Monchique	Responde a solicitação sobre autorização de estacionamento.
22	386	28-1-2010	Câmara Municipal de Monchique	Envia actas de reuniões do Executivo Municipal.
23	26	25-1-2010	Juventude Desportiva Monchiquense	Envia plano de actividades e orçamento para 2010.
24	16	29-1-2010	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Envia boletim ANMP nº 187, referente a Janeiro 2010.
25	557	11-2-2010	Câmara Municipal de Monchique	Envia documentação para informação à Assembleia Municipal de Monchique.
26	668	19-2-2010	Câmara Municipal de Monchique	Envia documentação para informação à Assembleia Municipal de Monchique.
27	-	22-2-2010	José Manuel da Silva Furtado	Justifica falta à sessão da Assembleia Municipal, de 26-2-2010.
28	-	25-2-2010	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Monchique	Convinda para a tomada de posse dos órgãos gerentes da AHBVM.

Justificação de faltas. Foram presentes: carta do membro João Manuel Malveiro Amado, sem referência, de 4 de Janeiro de 2010, registada com o n.º 1, com justificação da falta à 1ª reunião da sessão n.º 7 da Assembleia Municipal, em 31 de Dezembro de 2009; carta do deputado António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa, sem referência, de 5 de Janeiro de 2010, registada com o n.º 4, com justificação para a sua falta à 2ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 8 de Janeiro de 2010 e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte na lista do PS à Assembleia Municipal; carta do mesmo membro, sem referência, de 12 de Janeiro de 2010, registada com o n.º 8, com justificação para a sua falta à 3ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 15 de Janeiro de 2010 e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte na lista do PS à Assembleia Municipal; carta do mesmo membro, sem referência, de 25 de Janeiro de 2010, registada com o n.º 17, com justificação para a sua falta à 4ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 29 de Janeiro de 2010 e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte na lista do PS à Assembleia Municipal; carta do membro substituto José Alves Francisco, sem referência, de 6 de Janeiro de 2010, registada com o n.º 5, com justificação para a sua falta à 2ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 8 de Janeiro de 2010; carta do mesmo membro, sem referência, de 11 de Janeiro de 2010, registada com o n.º 7, com justificação para a sua falta à 3ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 15 de Janeiro de 2010; carta do mesmo membro, sem referência, de 25 de Janeiro de 2010, registada com o n.º 18, com justificação para a sua falta à 4ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 29 de Janeiro de 2010; carta do membro José Manuel da Silva Furtado, sem referência, de 11 de Janeiro de 2010, registado com o n.º 6, com justificação para a sua falta à 3ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 15 de Janeiro de 2010 e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte na lista do PS à Assembleia Municipal; carta do membro Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis, sem referência, de 11 de Janeiro de 2010, registado com o n.º 9, com justificação para a sua falta à 3ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 15 de Janeiro de 2010 e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte na lista do PS à Assembleia Municipal; carta do membro substituto João Humberto Sequeira

Poucochinho, sem referência, de 12 de Janeiro de 2010, registada com o n.º 11, com justificação para a sua falta à 3ª reunião da sessão n.º 7/2009 da Assembleia Municipal, de 15 de Janeiro de 2010.-----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daqueles deputados municipais.-----

Seguidamente deu-se entrada ao **Período Antes da Ordem do Dia**.-----

O Presidente da Mesa inquiriu os presentes por intervenções que eventualmente quisessem fazer.-----

Falou o António Silvestre, reportando-se ao temporal ocorrido em 20 de Fevereiro p.p., na ilha da Madeira, manifestando a sua consternação e solidariedade para com o povo daquela ilha, lamentando perdas humanas e materiais, e lembrando que o facto de Monchique, num passado recente, ter sido vítima de uma intempérie semelhante que, felizmente não teve as consequências trágicas daquela, fazia com que este sentimento fosse reforçado por razões de vivência própria. Assim sugeria que a Assembleia ponderasse a hipótese da elaboração de uma moção manifestando este sentimento.-----

Falou o membro Fernando Várzea dizendo concordar inteiramente com a proposta, reiterando a intenção da elaboração de uma moção unitária.-----

Falou o Presidente da Assembleia Municipal corroborando as propostas apresentadas, tendo comentado que a precipitação ocorrida em Monchique em 1997, que ainda representava o *record* dos registos pluviométricos no país, só não teve consequências tão graves como a da Madeira, pela diferença da orografia, da densidade populacional e da ocupação de solos. Seguidamente propôs ao Plenário que se procedesse a uma suspensão dos trabalhos para a redacção da moção, o que não obteve qualquer contestação.-----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal suspendeu temporariamente os trabalhos do Plenário.-----

Suspensão dos trabalhos.-----

No recomeço dos trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal leu o texto redigido, que se transcreve:-----

‘Aos 26 dias do mês de Fevereiro de 2010, a Assembleia Municipal de Monchique, reunida em sessão ordinária manifesta profunda consternação e

toda a solidariedade para com a população da Região Autónoma da Madeira pela catástrofe recentemente sofrida lamentando todas as perdas pessoais e os avultados prejuízos materiais verificados. Embora sem proporções tão dramáticas também os monchiquenses, em finais de 1997, sentiram o peso de uma intempérie do mesmo género que só contribuiu para reforçar o sentimento com que esta manifestação de solidariedade é feita. Monchique, 26 de Fevereiro de 2010.'-----

Seguidamente todos os membros, voluntariamente, subscreveram o documento após o que cumpriram um minuto de silêncio pelas vítimas, acto que confirmou a aprovação desta moção por unanimidade.-----

Do documento aprovado, que constitui o anexo nº 1/2010 às actas, será dado conhecimento ao Governo e Assembleia Regionais da Região Autónoma da Madeira.-----

Sendo 21h30, hora limite para o registo de assiduidade dos membros é o seguinte o quadro de presenças nesta sessão:-----

-----**Presenças:**-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PS	José Alves Francisco (em substituição de José Manuel da Silva Furtado)
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira
PSD	Catarina Maria Nunes Chula
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PSD	Stephen John Hugman
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PSD	Humberto Fernandes Sérgio
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	José Armando Vicente Ramos Lopes
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PSD	Carlos Manuel Duarte da Assunção
PS	Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Humberto Marques Varela

PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmeleite	Marta Sofia Tiago Martins
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Ana Paula Gervásio Penteado de Almeida

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PSD	João Manuel Malveiro Amado	Não apresentou
PS	José Manuel da Silva Furtado	Apresentou solicitando substituição

Não havendo mais nada a tratar relativamente a este ponto deu-se entrada ao

Período da Ordem do Dia.-----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa constituir o anexo nº 2/2010 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este, querendo, complementar oralmente a informação escrita.-----

Falou o Presidente da Câmara tendo dito que se associava ao sentimento manifestado pela moção acabada de aprovar pelo Plenário. Prosseguiu reportando-se ao tema em análise informando o Plenário que em 3 de Fevereiro p.p. decorreria em Faro uma reunião de avaliação do PROAlgarve 2001-2006, com um balanço da aplicação do QCA III. Sobre isso tinha a lamentar o facto de alguns objectivos para Monchique como fossem o parque empresarial, a biblioteca e o auditório municipal não terem sido cumpridos. Falou também que a Câmara Municipal se encontrava envolvida num programa conjunto com a Direcção-Regional de Educação, a ACES do Barlavento e a Direcção-Regional do Instituto do Desporto, que visa uma concertação no combate à obesidade infantil. Depois referiu-se à Agência do Barlavento dizendo que, para além da informação escrita que referia o atraso no pagamento de quotas desde 2003, havia a informar que se encontrava em desenvolvimento, para o barlavento algarvio, um Quadro Estratégico de Investimentos 2010-2015, que representaria uma

oportunidade para a realização de obras em Monchique, da parte do Estado. Prosseguiu informando da visita a Monchique, em 9 de Fevereiro p.p., do Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, da República de Cabo Verde, que serviu para o reatamento de contactos e relacionamento, o qual já decorre desde 1988, com vista à prossecução do processo de geminação dos dois municípios. Tal geminação irá apostar no intercâmbio cultural, que pode abranger até os enchidos e as aguardentes, produtos também fabricados naquele município. Reportou-se depois à Galeria Santo António dizendo que aquela fora objecto de um contrato de comodato com uma associação cultural local, o que irá permitir que aquele espaço esteja activo durante todo o ano. Continuou referindo uma reunião havida em 3 de Fevereiro p.p com a associação Almargem, onde se abordaram temas como o turismo de natureza, passeios pedestres, alojamentos locais e as maneiras de articular estes itens por forma a facultar uma oferta estruturada e não dispersa destas componentes de turismo emergente. A esta reunião, de âmbito genérico, iriam seguir-se outras mais orientadas para especificidades dentro da mesma temática. Informou também de uma reunião ocorrida que juntou a Câmara com produtores locais de aguardente de medronho onde se debateu a criação de sinergias que possam vir a potenciar a venda e escoamento do produto; nessa conformidade preparava-se o agendamento de um encontro entre produtores e hoteleiros da região para a permuta de informações que vise aquele objectivo. Disse também que, numa reunião havida com a Direcção-Regional de Educação, em 25 de Fevereiro p.p., dera conhecimento ao Director-Regional e ao coordenador da transferência de competências para os municípios, de um levantamento levado a efeito pela Divisão de Urbanismo e Ambiente do Município, à escola EB 2 3 de Monchique, que detectou diversas situações a necessitar intervenção, cujos custos estimava em cerca de um milhão de euros, tendo também comunicado a estas entidades que o Município não dispunha dos meios necessários para resolver o problema, pelo que gostaria de ver cabimentada verba extra no protocolo de transferência. Informou também da iminente reunião do órgão de gestão do Grupo de Acção Local (GAL Ader) agendada para 1 de Março p.f. onde se planeava fazer a classificação de alguns projectos, a maior parte no âmbito do turismo em espaço rural, de pequena dimensão, para aferir da possibilidade de apoiá-los. Para terminar a sua intervenção referiu que no dia 3 de Março p.f. iria decorrer uma reunião, que contaria com as

presenças do Governador Civil, do Coordenador Regional da Protecção Civil e do Director da Autoridade Florestal Nacional, para além de outras entidades, onde se iria abordar a articulação da preparação da intervenção de combate a fogos florestais.-----

Falou o membro Carlos Almeida reportando-se ao documento em apreciação e designadamente aos temas '*Sabores do Monte*' e destilarias de medronho para pedir ao Presidente da Câmara que informasse do número de processos entrados relativos a estas actividades. Referiu depois a Rede Viária dizendo que via no documento o levantamento de 15 casos com necessidade de intervenção para cuja resolução estimava por alto cerca de meio milhão de euros, e conquanto se mencionasse Maio para o seu início, ficara sem saber se essas intervenções se iriam efectivar ou se se tratava apenas de uma proposta. Via também no documento a menção a diversas limpezas na zona rural mas não em relação à zona urbana e pensava que esta merecia mais atenção do que a que recebia e principalmente alguns pavimentos bastante danificados que deveriam, para já, receber um tratamento mesmo que provisório, tendo dado como exemplo a Rua de São Sebastião – uma das principais saídas da vila – cujo piso apresentava muitas deficiências. Questionava também porque motivo, mesmo não sendo propriamente responsabilidade da autarquia, e na constante iminência de alertas da Protecção Civil, não se verificava a limpeza e desobstrução de valetas desde o início das chuvas. Disse também que a informação escrita referia o Anexo I mas este não se encontrava no documento ou ao menos não era identificado como tal. Para terminar perguntou pelo estado do relacionamento entre a Câmara Municipal e a EDP mencionando o facto de a iluminação pública na zona mais antiga da vila de Monchique se encontrar em más condições, tendo dado o exemplo da Rua do Prior Francisco Jorge de Melo onde se encontravam quatro lâmpadas apagadas há já algum tempo, e inquirindo se o Presidente da Câmara podia prestar informações sobre o contrato que aquela entidade e um estabelecimento comercial local mantinham há alguns anos e que não fora revalidado, e o que pensava fazer para evitar que os utentes de Monchique, da EDP, tivessem de se deslocar a Portimão para tratar dos seus assuntos.-----

Respondeu o Presidente da Câmara começando com o tema '*medronho*' dizendo que a procura dos serviços tinha aumentado nos últimos tempos, encontrando-se já cerca de 20 produtores a engarrafar actualmente. A par da

consolidação dos procedimentos administrativos, o medronho irá passar a ser abordado numa perspectiva de definição do seu perfil, ou seja: definição daquilo que lhe confere a diferença e por consequência a qualidade superior, com o objectivo de conseguir a denominação de origem controlada. Para o mesmo propósito encontra-se em elaboração também, uma carta com a localização e contacto dos produtores. Seguidamente solicitou que o Vice-Presidente da Câmara prestasse este tipo de informação ao Plenário.-----

Falou o Vice-Presidente da Câmara dizendo que estavam devidamente licenciadas cerca de 50 destilarias, mas cerca de 20 produtores é que se encontravam, de momento a engarrafar. Quanto a projectos de arquitectura de salsicharia disse que tinham recentemente entrado dois projectos, enquadrados no Regime de Exercício da Actividade Industrial (REAI), o qual, nos casos em apreço, irá possibilitar a produção de até duas toneladas/ano, de produto acabado, na própria casa dos requerentes e, esperava-se a entrada de mais um projecto após a edição da Feira dos Enchidos do ano corrente.-----

Proseguiu o Presidente da Câmara reportando-se às aludidas situações a precisar de intervenção dizendo tratar-se de um levantamento que mandara efectuar, dos danos causados na sequência das intempéries sucedidas durante a prolongada época de chuva, acompanhado de uma proposta de orçamento que se mostrou inoportável para o Município, razão que o levou a dar conhecimento a diversas entidades, entre as quais o Governo Civil para, por seu intermédio, ser informado o Governo, pois que sem ajudas externas, os problemas só poderão ser resolvidos aos poucos. Essa situação, disse, irá deixar uma marca no Plano de Actividades da Câmara para o ano em curso. No concernente à questão dos pavimentos danificados e designadamente o da Rua de São Sebastião, respondeu que a autarquia catalogara a situação como uma das suas prioridades a resolver e aguardava a melhoria do tempo para proceder a arranjos na artéria, estando de momento a avaliar o estado da infra-estrutura de canalização para aferir da possibilidade de realizar uma pavimentação com carácter mais duradouro caso aquela apresente qualidade suficiente, ou, em caso contrário, proceder a uma pavimentação de carácter mais provisório até ser viável o arranjo das tubagens para posteriormente fazer então a pavimentação definitiva. No respeitante à questão sobre as valetas das estradas, disse que se bem que

não dissesse respeito directamente à Câmara, a sua pessoa já fizera chegar ao responsável da 'Rotas do Litoral', a quem foram concessionadas as estradas nacionais da região, por 30 anos, as preocupações manifestadas. Reportou-se depois à questão do anexo I dizendo que o responsável pela Divisão apresentara dois relatórios como um só, um dos quais verificou-se não ter cabimento nesta informação, o que levou à sua remoção por não ser prioritário. Para finalizar referiu-se à questão colocada sobre a iluminação pública agradecendo o reparo e dizendo que a situação iria ser averiguada. - Falou o membro António Silvestre começando por dizer que o anexo a que o Presidente da Câmara se referira poderia ser apresentado na altura da discussão do Plano de Actividades e Orçamento, razão pela qual não era prioritário agora. Falou depois do apoio a uma prova de corta mato organizada pelo Clube Desportivo da Nave referido na informação como tendo sido prestado pela Divisão de Serviços Urbanos (DivSU) em vez da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Local (DivPDL), que seria aquela a quem, por via de regra, estão cometidas essas atribuições, tendo questionado o Presidente da Câmara qual razão para tal. Falou depois da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) onde o Município de Monchique, a exemplo de outros anos, se fizera representar recentemente, tendo perguntado ao Presidente da Câmara qual a justificação para a opção pelo pavilhão não institucional em vez daquele onde era suposto se fazerem representar os municípios. Referiu-se seguidamente à Galeria de Santo António para perguntar quais as contrapartidas acordadas no referido contrato de comodato, o seu prazo, se tinham sido acautelados os interesses do Município e se fora ou não dado conhecimento ao Executivo de tal contrato e, em caso afirmativo, em que data. Prosseguiu referindo a Travessa das Guerreiras e as Escadinhas do Viador, na vila de Monchique como dois locais, para além dos apontados pelo membro Carlos Almeida, onde a iluminação pública tinha falhas. Depois disse que o Conselho de Ministros decretara três dias de luto nacional pela tragédia da Região Autónoma da Madeira mas nesses dias não vira a bandeira do Município de Monchique a meia haste, significando isso uma atitude de insensibilidade e desrespeito pela Resolução do Conselho de Ministros, e tanto mais por se ter o Presidente da Câmara solidarizado pessoalmente com a moção sobre esse assunto acabada de aprovar nesta sessão do Órgão Deliberativo. Seguidamente disse que no Diário da República, II série, nº 6, de 9 de

Janeiro de 2009 foi publicado o aviso nº 713, subscrito pelo Presidente da Câmara de Monchique, na altura, Carlos Alberto dos Santos Tuta, em 22 de Dezembro de 2008, referindo uma reclassificação, por aquisição de novas habilitações académicas, do funcionário do Município, Victor Manuel dos Santos Correia, de assistente administrativo com escalão 1 e índice 222, em técnico superior de Recursos Humanos com escalão 1 e índice 400. O aviso mencionava ainda que não carecia de visto do Tribunal de Contas e que a nomeação referida produziria efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009; No Diário da República II série, nº 229, de 25 de Novembro de 2009, foi publicada a declaração de rectificação nº 2920, subscrita pelo actual Presidente da Câmara, Rui Miguel da Silva André, em 12 de Novembro de 2009, onde se alega que, por ter saído com inexactidão o anterior aviso nº 713, rectificava: *onde se lê Técnico Superior de 2ª classe de Recursos Humanos, escalão 1, índice 400, deve ler-se Técnico Superior de 2ª classe de Recursos Humanos estagiário, índice 321*. Perante esta explanação requeria ser informado pelo Presidente da Câmara da data e teor do ou dos despachos do seu antecessor que tinham levado à publicação do aviso nº 713, da data e teor do despacho que determinou a publicação da declaração de rectificação nº 2920 e, tendo em consideração o despacho nº 9, de 11 de Novembro de 2009, onde foram atribuídos os pelouros aos integrantes do Executivo, firmado na acta da sua reunião, de 17 de Novembro 2009, a data e teor do despacho onde avocara a situação em apreço, uma vez que o pelouro dos Recursos Humanos fora atribuído à vereadora Arminda Andrez. No caso de o Presidente da Câmara não conseguir responder no imediato a estas questões, requeria que fossem entregues à Mesa certidões dos despachos que referira para que a apreciação da matéria fosse feita na próxima Sessão do Plenário.-----

Respondeu o Presidente da Câmara começando por referir o tema corta mato, tendo dito que aquela prova fora um sucesso, infelizmente com pouca visibilidade no concelho e menos impacto que outras modalidades desportivas, elogiado pela qualidade tanto da organização como do percurso, que congregou cerca de 350 atletas entre os quais a olímpica Ana Cabecinha, cujo apoio fornecido pelo Município foi essencialmente em sinalização e baias, razão para o seu enquadramento na DivSU e não na DivPDL. No respeitante à BTL, disse que a opção por um stand autónomo, no pavilhão não institucional fora uma das primeiras decisões que tivera de

tomar e da qual não se arrependia já que, contas feitas, conseguira-se a economia de cerca de 10 mil euros, em relação à outra opção, que pressupunha um enquadramento regional – o qual, contudo, não renegava – sob a égide da Entidade do Turismo, com direito a um mini-stand. A este propósito disse que a Entidade do Turismo aproveita situações deste tipo para se auto financiar, à custa dos municípios, o que considerava uma má atenção para com estes e que fez com que alguns nem se tivessem feito representar no certame. No stand do Município de Monchique, que teve uma afluência considerada boa, simulou-se um trajecto entre Caldas e Fóia, com provas de produtos locais, que foram ofertados pelos seus produtores, o que agradecia, sendo que alguns desses produtores já estavam a ser contactados de diversos pontos do país e esse era um sinal da eficácia da divulgação conseguida. Falou depois da Galeria Santo António dizendo que a contrapartida fundamental do contrato de comodato fora o facto de um espaço que estava fechado na maior parte do ano passar a estar aberto. Na sequência de conversações e uma proposta apresentada pela Associação Cultural Arte Divina, na pessoa do seu dirigente, individuo conceituado como agente e editor ligado à Arte, houve a decisão de celebrar tal contrato com a duração de um ano mas podendo terminar em qualquer altura. Conforme acordado as exposições inauguram-se na segunda sexta-feira de cada mês e, num mês em cada semestre, a autarquia dita a sua vontade para que faça parte da programação a exposição de artistas locais. Falou depois da alusão à bandeira do Município dizendo ao membro António Silvestre que provavelmente este não vira bem, por névoa ou porque o andaime encostado à parede dos Paços do Município talvez tapasse a visão, pois a bandeira estivera efectivamente hasteada em luto. Disse depois, relativamente ao reparo sobre a iluminação pública, que os utentes podem telefonar à EDP dando conta das situações que detectem que, na maioria dos casos, o problema é resolvido num prazo curto. Terminou a sua alocução referindo-se às questões relacionadas com recursos humanos colocadas pelo membro António Silvestre para dizer que o assunto em apreço estava em tribunal, razão pela qual não prestava quaisquer informações, no momento.-- Falou o membro Fernando Várzea começando por dizer que o relatório focava especialmente o período entre 11 de Dezembro de 2009 e 10 de Janeiro de 2010 sendo que, desde então, com a persistência da chuva, outros casos com necessidade de intervenção já teriam certamente ocorrido o que

fazia aumentar a verba orçada de 606 mil euro naquilo que estimava em cerca de um milhão. Tendo em conta as dificuldades financeiras já demonstradas, o agravamento da situação pedia soluções alternativas às adjudicações a que o relatório se referia, pelo que sugeria que a Câmara tentasse resolver aquilo que fosse possível por administração directa, recorrendo aos serviços próprios ou até fomentando, pela primeira vez, uma ligação com os seus agentes económicos locais, pequenos comerciantes e pequenos empreiteiros, que poderiam trabalhar isoladamente ou até formando consórcios entre si, o que permitiria poupar muitas divisas ao erário para além de gerar mais valias locais. Reportou-se depois do tema Protecção Civil dizendo entender que a Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro, citada no documento mas da qual era desconhecedor, designava que as autarquias passaram a ter uma acção mais integrada naquele domínio o que o levava a perguntar se o Município de Monchique dispunha de um Plano de Emergência actualizado, a englobar as três freguesias, pois não tinha lembrança, desde a data de publicação de tal lei, de tal assunto ter sido tratado nesta Assembleia e considerava que os membros do Plenário deviam estar bem informados do seu teor. Terminou a sua intervenção questionando, a propósito de um curso de língua portuguesa e cidadania que estava a ser ministrado a cidadãos estrangeiros, no Centro de Apoio à Família, se tais cidadãos eram na sua maioria os residentes de longa data no concelho ou se se tratava, na maior parte, de cidadãos oriundos dos países do antigo Bloco de Leste e por conseguinte chegados há menos tempo a Portugal.-----

Falou o membro António Silvestre dizendo reiterar formalmente o pedido feito na sua intervenção anterior de requerer as certidões relativas aos despachos por forma a o assunto poder ser debatido na sessão próxima do Órgão Deliberativo.-----

Falou o membro Paula Gervásio, Presidente da Junta de Freguesia de Monchique, dizendo que o Executivo da Câmara, nas pessoas do seu Presidente ou do seu Vice-Presidente, se deslocavam quinzenalmente às sedes das juntas de freguesia de Alferce e Marmeleite, onde faziam atendimento dos munícipes, não usando do mesmo procedimento para com a freguesia de Monchique, o que, a seu ver, representava uma discriminação no tratamento, já que os presidentes das duas juntas mencionadas tinham, ao menos nessas alturas, oportunidade de darem conhecimento, directamente ao

Executivo, dos problemas e questões iminentes às suas freguesias, e tal não sucedia com a de Monchique. Perguntava assim ao Presidente da Câmara se o Executivo já se debruçara sobre esta questão por forma a conceder iguais oportunidades à freguesia de Monchique.-----

Falou o membro José Armando Ramos tendo inquirido, relativamente à Feira do Enchidos, que novidades ou inovações estavam previstas para a edição do ano corrente.-----

Respondeu o Presidente da Câmara às questões levantadas começando por dizer, em resposta à intervenção do membro Fernando Várzea, que as adjudicações mencionadas no documento eram com o intento de cabimentar despesas para a eventualidade de ser necessário proceder a tais adjudicações. Mas mesmo o recurso aos pequenos empreiteiros locais ou aos próprios trabalhadores tem custos, muitas vezes desprezados, mas que vêm a pesar no cômputo geral; requisição de autocarros, pedidos de pequenos arranjos em caminhos ou acessos e outros, muitas vezes não contabilizados, vão somando despesas e por isso a Câmara quer incentivar as pessoas a candidatarem-se a fundos do PRODOR, os quais, na área da agricultura, permitem a reposição ou recuperação das situações normais. Quanto às aulas de Português disse que, infelizmente, o programa XPTO iria terminar em Março próximo e aquilo que contém transitará para o CODES, que a autarquia prepara em conjunto com a Vicentina, que terá outras valências como sejam a melhor articulação com as IPSSs e melhor apoio a idosos, contudo não se sabe ainda se essas aulas de português vão continuar porque houve que reequacionar a alteração do programa. Em resposta à Presidente da Junta de Freguesia de Monchique disse que a população da freguesia de Monchique dispunha, tal como as outras, de atendimento na Câmara, todas as segundas feiras, durante todo o dia, e noutros dias mediante marcação ou até da eventual disponibilidade momentânea dos membros do Executivo, pelo que não via que mais uma tarde de atendimento na Junta de Freguesia de Monchique pudesse melhorar este sistema.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Monchique retorquiu que a sua solicitação visava essencialmente facilitar o contacto entre os presidentes das duas entidades de forma a criar uma comunicação directa, a exemplo da oportunidade de que os outros dois presidentes de junta do Município dispunham.-----

Respondeu o Presidente da Câmara dizendo que estava disponível para se

deslocar à Junta de Freguesia quando requerido e que a Presidente da Junta de Freguesia de Monchique dispunha da facilidade de comunicar com a sua pessoa via telefone. Seguidamente deu a palavra ao Vice-Presidente para este responder às questões colocadas respeitantes à Feira dos Enchidos.-----
Falou o Vice-Presidente da Câmara, dizendo, antes de abordar o tema da sua intervenção, que dera instruções precisas à funcionária da Câmara Municipal, pessoa que considerava de zelo exemplar, para colocar a bandeira do Município a meia haste nos dias de luto decretados pelo Conselho de Ministros. Disse também que as relações entre o Município e a EDP teriam de passar a ser abordadas de forma diferente da que têm sido até agora porque aquela entidade está, no momento, a dar resposta a pedidos que datam de Agosto de 2009 e exigindo, em alguns casos em zonas rurais, o pagamento de 90 euro quando não se trate de caminhos públicos. Reportou-se então à Feira dos Enchidos dizendo que, para a edição deste ano, iria haver novidades como fossem: a instalação do stand da Câmara no exterior do recinto para libertar espaço no interior; a existência, pela primeira vez, de um livro de reclamações e de um formulário de perguntas para saber das motivações e sugestões dos visitantes e de como tiveram conhecimento do certame; a alteração da localização do palco de forma a eliminar barreiras acústicas verificadas em edições anteriores; o aumento do número de expositores/produtores e principalmente dos de aguardente de medronho, e a presença de um técnico da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) para fazer a prévia inspecção higio-sanitária, pois não há nada a esconder. Para terminar disse estimar, grosso modo, uma contenção de despesa na ordem dos 20 mil euro em relação a edições anteriores da feira.-----

O Presidente da Câmara complementou a informação dizendo que o horário da feira seria alargado em relação a anos anteriores e que, após o fecho do recinto, a animação continuava nos bares locais aderentes à 'Festa da Rija' que consistia na preparação de *cocktails* baseados em aguardente de medronho, o que, por seu lado fora uma ideia tendente a diversificar e consequentemente aumentar a oferta daquele produto junto do segmento jovem de potenciais consumidores. Prosseguiu as suas respostas referindo o tema 'Protecção Civil' dizendo que o Município tem, desde há tempos um plano baseado noutros, adaptado e renovado em função de circunstâncias ocasionais de regulamentos ou directivas que vão surgindo. Prevê-se para

breve a aprovação do Plano Municipal definitivo, que não está completo ainda, altura em que o Órgão Deliberativo será ouvido.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que o Órgão Deliberativo não tinha de ser ouvido nem de se fazer representar no Centro Municipal de Protecção Civil, que é presidido pelo Presidente da Câmara e integra outras entidades com presença local, cujas actividades e áreas funcionais tenham a ver ou possam contribuir para as acções de protecção civil. Assim a Assembleia Municipal e outras entidades podem estar eventualmente representadas, a convite do Presidente da Câmara. Disse também que o Plano Municipal de Protecção Civil fora adaptado de um modelo nacional que existia, que estará, provavelmente, desactualizado ou a precisar de ajustes e existe em Monchique desde 2000. Depois, com base na sua experiência nesta área, teceu alguns comentários sobre as boas práticas na elaboração de planos especiais de emergência, referindo especificamente algumas características e pormenores do concelho de Monchique que deveriam ser ponderados na sua preparação.-----

O Presidente da Câmara corroborou a intervenção e disse que era sua intenção convidar o Presidente da Assembleia Municipal a fazer parte da Comissão Municipal de Protecção Civil tanto pela questão institucional, pois achava que o problema tem a ver com a sociedade civil e a Assembleia representa-a, como pela experiência pessoal que lhe reconhecia nesta área.-- Falou o membro Carlos Almeida dizendo concordar com o que fora dito mas adiantando que a sua vivência nesta área indicava-lhe, com garantia, que a prevenção é o procedimento onde deve ser investido o grosso dos meios e focadas todas as diligências; quando a prevenção é eficaz, as restantes acções tornam-se mais simplificadas. Disse ainda que a elaboração do Plano de Protecção Civil era importante como importante era também treiná-lo no campo, para poder aferi-lo e, porventura, proceder a ajustes que se manifestassem necessários. Para terminar a sua intervenção reportou-se à Feira dos Enchidos questionando o Presidente da Câmara se era intenção da autarquia manter, no futuro, a realização do certame no mesmo local, pois se por um lado tinha a vantagem de ter boa pavimentação, por outro lado continha um jardim com árvores, já com certo porte, que se ressentiam da mudança de atmosfera e ficavam mais vulneráveis nos dias de feira. Perante a aposta em que o Executivo manifestara estar empenhado com aquele evento deveria considerar uma localização alternativa.-----

Falou o membro Stephen Hugman invocando o Regimento da Assembleia Municipal fazendo recordar que a duração deste ponto já ultrapassara o tempo estipulado para ele.-----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a chamada de atenção justificando que apenas omitira a solicitação ao Plenário para o prolongamento do tempo, por não julgar necessário, visto o assunto ser sido alvo de debate profícuo; contudo, contando com o tempo de prolongamento previsto no Regimento, estava-se dentro da legitimidade deste. Seguidamente deu a palavra aos membros para a conclusão das intervenções agendadas.-----

Falou o membro Humberto Sérgio dizendo concordar com a sugestão havida de se pensar num novo espaço para a Feira dos Enchidos se bem que tal ideia já devesse ter surgido há uns dez anos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou ainda o Presidente da Câmara sobre o destino de uma casa na Rua D. Francisco Gomes do Avelar que vira ser destelhada pelos serviços da autarquia no dia de ontem.-----

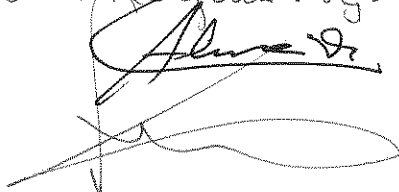
Respondeu o Presidente da Câmara às perguntas e alvites dos membros começando por dizer que as questões da floresta, como o maior factor de riscos em Monchique, devem mobilizar a todos e, nesse sentido, na reunião, de que já falara, a decorrer em 3 de Março p.f., o tema estaria em cima da mesa, sendo que essas preocupações tinham eco nas pessoas do Comandante Vaz Pinto e na Governadora Civil. Era também sua intenção fazer ver à Autoridade Florestal da necessidade de Monchique dispor de um Centro de Meios Aéreos (CMA) durante todo o ano, com um helicóptero em permanência para complementar a acção dos estacionados em Cachopo e em Loulé para primeira intervenção na região algarvia. O mesmo CMA poderia bem vir a receber helicópteros turísticos, dispor de alojamentos para os Grupos de Primeira Intervenção (GIP) e, de acordo com uma ideia que se tinha aventado, acolher uma delegação da Escola de Bombeiros que não dispõe actualmente de nenhuma a sul do Tejo. Falou depois da casa na Rua D. Francisco Gomes do Avelar, propriedade da Câmara, dizendo que esta iria ser demolida por estar devoluta, também a pedido de residentes que a identificaram como sítio de brincadeiras de alunos da Escola EB 2 3 e foco de ratos. A sua demolição, para já, irá dar lugar a um estacionamento. Para finalizar reportou-se à Feira dos Enchidos dizendo que era intenção da autarquia a criação de um espaço para um evento que estava já consolidado,

se bem que o consabido constrangimento orçamental impedisse a indicação de uma data. A ideia poderia passar pela criação de um pavilhão multi-usos, eventualmente em parceria publico-privada não só para feiras mas para congressos e exposições.-----

Não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto.-----

Tratando-se de uma sessão ordinária, não havendo mais assuntos para tratar e não havendo inscrições do público, o Presidente da Assembleia Municipal por encerrada a sessão da Assembleia Municipal pelas 23h35 do dia 26 de Fevereiro de 2010, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

*Manuel Luís
Presidente da Assembleia Municipal do Silveiros
Assento Conselho Reg. Reg. Leobardo*



Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the right side of the page.